



PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PUBLICADO

Jornal O POPULAR
Edição 369 PG: 09
Data 18/08/17 a 11/11

LEI Nº1.352/2017

Dispõe sobre abertura do Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei;

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R\$ 399.492,00** (trezentos e noventa e nove mil e quatrocentos e noventa e dois reais), para atender a seguinte Dotação Orçamentária, Programa de Trabalho e Fonte de Recurso, referentes ao **Fundo Municipal de Saúde**, conforme especificado abaixo:

PROGRAMAS DE TRABALHO	CÓDIGO ECONÔMICO	FICHA	RECURSO	VALOR-R\$
1040-10.301.4001.2.032	4.4.90.51.06	074	Convênio/ MS/Atenção Básica	399.492,00
TOTAL SUPLEMENTADO				399.492,00

Art.2º- Os recursos para atendimento da presente Lei, com fundamento contábil e orçamentário no § 2º do Artigo 167 da Constituição Federal e no Artigo 41, Inciso I e Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64 ficam à conta dos Contratos de Repasses referentes às Propostas n.ºs **035766560001-16-005** (R\$ 199.650,00), **035766560001-16-004** (R\$ 54.879,00), **035766560001-16-006** (R\$ 95.099,00) e **035766560001-16-009** (R\$ 49.864,00), celebrados entre a **União Federal**, através do **Ministério da Saúde**, e o **Fundo Municipal de Saúde**, objetivando a implementação do **Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde**.

Parágrafo Único - O Crédito Adicional Suplementar em epígrafe tem por objetivo a transferência de recursos financeiros da **União/MS** ao Município com a finalidade de ampliação /reformas das Unidades Básicas de Saúde do Bairro Novo Horizonte-1º Distrito, Santa Rita da Floresta, Alto do São José – 1º Distrito e da UBS de Boa Sorte, respectivamente.

Art.3º- Em decorrência dos artigos anteriores ficam alterados os quadros de detalhamento das despesas (QDD), aprovados para o orçamento em vigor.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de agosto de 2017.


Joaquim Augusto Carvalho de Paula
PREFEITO